

Capítulo 3

Ofensiva antigênero e o pânico moral como arma política contra os Planos Decenais de Educação

Hilbeno Oliveiral Miranda

Ennia Débora Passos Braga Pires

Introdução

A educação, seja ela escolarizada ou não, tem o potencial de formar as pessoas para a sociedade que se almeja. No entanto, infelizmente, a educação do Brasil, durante toda sua história, enfrenta problemas de diversas ordens, que vão desde a falta de estrutura das instituições de ensino, passando por questões vitais como a falta de financiamento necessário, até o descompromisso dos governantes de turno com a formulação e implementação de políticas públicas educacionais que prezem por uma educação de qualidade no sentido crítico, emancipatório e socialmente referenciada. Há quem diga que este descaso dos governantes acontece pois, simplesmente, estes não têm projeto/programa para esta área. Já Darcy Ribeiro (1986, p. 10) afirmava que “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos.

Uma coisa é fato, estas dificuldades comprometem a formação das próximas gerações para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa, sem violência e sem desigualdade entre mulheres e homens, entre pessoas de diferentes etnias e entre classes. Outro fato que também podemos pontuar é que, justamente pelo papel que a educação tem em formar as novas gerações, ela é disputada, tanto por quem pretende que ela – sobretudo a ofertada pelas instituições públicas, que tem a classe trabalhadora como sua principal usuária – continue com as mesmas mazelas e reproduzindo o *status quo*, quanto por quem acredita que ela é um instrumento para construir uma sociedade em que tenhamos de fato a justiça social.

E, os Planos Decenais de Educação são políticas públicas que têm papel central na construção da educação que se almeja para o país – seja qual for o projeto. Por esse motivo, eles têm sido um dos campos onde estão sendo travadas essas disputas, com destaque para a ofensiva antigênero, que ganhou repercussão entre os anos de 2014 e 2016. De acordo com Miranda (2022) e Espinosa e Queiroz (2017), parlamentares de extrema direita aliados do Escola sem Partido conseguiram que o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e, conseqüentemente, boa parte dos planos estaduais, do Distrito Federal e dos municípios retirassem diretrizes e estratégias relacionadas ao combate às desigualdades de gênero e orientação sexual.

As menções a estas questões nos Planos buscavam promover uma educação que possa enfrentar e desconstruir desigualdades, preconceitos e violências relacionadas à orientação sexual e de gênero que atravessam a sociedade. O compromisso do Estado brasileiro com uma educação que combata tais desigualdades pode, por exemplo, ser uma

alternativa exitosa para enfrentar a crescente escalada na violência, em especial, contra as mulheres e contra a população LGBTQIAPN+¹. Porém, por mais que os estudos de gênero e a sua inserção na seara educacional sejam relativamente recentes, a ofensiva antigênero vem sendo construída como sua antítese por um segmento heterogêneo que não está restrito ao Brasil.

Há cerca de 40 anos, tem havido um crescimento de estudos e movimentos feministas e LGBTQIAPN+ na América Latina e no globo. Antagonicamente, nesse período houve um fortalecimento de setores e grupos religiosos cristãos ligados às igrejas evangélicas e católicas. E, na década de 90, quando a agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual defendida pelo primeiro grupo foi incorporada ao sistema internacional de Direitos Humanos através da Organização das Nações Unidas (ONU), a formulação do termo “ideologia de gênero” e a reação de religiosos/as contra a defesa da pluralidade ganhou corpo e se intensificou desde então (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Em acordo com Biroli, Machado e Vaggione (2020), podemos chamar o segundo grupo de neoconservador. Para as autoras e o autor, mesmo com diferenças internas, o neoconservadorismo é um segmento transnacional e alia, principalmente, mas não só, católicos, evangélicos, não religiosos, neoliberais e extrema-direita, criando sua identidade política justamente no combate aos movimentos feministas e LGBTQIAPN+. Esse grupo vem disputando sua agenda contra movimentos progressistas, contrapondo-os com seus valores morais e tentando influenciar diferentes áreas da sociedade, sendo a Educação uma das principais, como apontam Junqueira (2022) e Biroli, Machado e Vaggione (2020).

Nessa disputa, o pânico moral aparece como arma política que vem sendo utilizada recorrentemente pelo neoconservadorismo através de uma ofensiva antigênero para se contrapor às pautas e agendas plurais, em busca de imprimir suas concepções em políticas públicas educacionais – a exemplo dos planos educacionais – e na sociedade. Nesse sentido, objetivamos, aqui, discutir a ofensiva antigênero para disputar os Planos Decenais de Educação e a utilização do pânico moral como importante arma política neoconservadora.

Tendo o Materialismo Histórico-dialético como guia teórico-metodológico, recorrendo à historicidade, procuramos identificar a singularidade deste fenômeno no Brasil, assim como buscar enxergá-lo para além de sua aparência. Como procedimentos metodológicos, utilizamos o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental (Ghedin; Franco, 2011) para empreender nossa análise, tanto da literatura que trata do objeto, como dos Planos Educacionais e do Documento Final da Conferência Nacional de Educação (Fórum Nacional De Educação, 2014).

Na próxima seção será apresentada a discussão em relação ao gênero, trazendo importantes referências de estudiosas sobre o tema, abordando também a mobilização do medo em relação a estas questões. Na seção seguinte, discutiremos a ofensiva neoconservadora contra o gênero nos Planos Decenais de Educação, que aconteceu entre os anos de 2014 e 2016, na qual o pânico moral foi utilizado como arma política, galgando êxito na retirada deste termo no Plano Nacional de Educação (PNE) e em muitos outros Planos de estados e municípios brasileiros.

¹ A sigla LGBTQIAPN+ busca compreender os seguintes termos para abarcar a diversidade de identidades de gênero e orientação sexual: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e (+) Outras identidades.

O medo do gênero

Quem tem medo do gênero? Essa intrigante pergunta que busca determinações do que estamos estudando também é o título do mais recente livro de Judith Butler (2024b). No livro, dentre outras coisas, a autora aborda a ofensiva antigênero em escala mundial, traça o percurso histórico desde a década de 90 desta empreitada reacionária, mostrando a capacidade que ela tem de mobilizar o medo na sociedade em prol de um projeto patriarcal, autoritário, tentando reestabelecer um passado ideal/mítico que nunca existiu – questão essa que é muito explorada pelo fascismo.

Fomentar o desejo de restauração do privilégio masculino serve a muitas outras formas de poder, mas constitui um projeto social próprio, a saber: produzir um passado ideal cuja reanimação atingirá, ou até eliminará, as minorias sexuais e de gênero. Esse sonho busca não apenas restaurar um lugar legítimo para a autoridade patriarcal, concebida como parte de uma ordem natural e/ou religiosa, mas também reverter direitos e políticas progressistas [...]. A retaliação que vemos contra o “gênero” faz parte desse projeto mais amplo de restauração que busca fortalecer regimes autoritários como formas legítimas de paternalismo, o sonho tornado realidade (Butler, 2024b, p. 20, *grifo da autora*).

Um dos principais alvos desta ofensiva, os estudos sobre gênero empreendidos por autoras feministas – e, em alguns casos, eventuais autores – são relativamente recentes. A sua projeção e utilização por teóricas feministas ocorre a partir das décadas de 1970 e 1980. A importância dos estudos feministas é destacada por debater diferentes questões tendo a categoria “gênero” como eixo central, como pontuam Biroli e Miguel (2014).

Ainda assim, buscando resgatar a historicidade desta categoria, de acordo com Figueiredo (2024), antes da sua utilização por estudiosas feministas, a primeira vez que o termo foi utilizado cientificamente foi em 1955, com a tese do psicólogo John Money, sobre o hermafroditismo, na qual ele propôs dissociar o papel de gênero da pessoa – a identificação com a elaboração social de masculino ou feminino – de seu papel sexual relacionado às questões biológico-hormonais. Ainda de acordo com a autora, em 1966, os psicanalistas Ralph Greenson e Robert Stoller alargaram o conceito de gênero, focando na constituição identitária e na relação entre a criança e quem cuida dela.

Em 1975, Gayle Rubin foi uma das primeiras estudiosas feministas a usar o conceito de gênero, ao adotar “o termo ‘sistema sexo–gênero’ [...] denunciando o contrato homosocial androcêntrico-masculino, que leva com que os homens dominem e concentrem o capital simbólico e material nas sociedades” (Figueiredo, 2024, p. 53, *grifo da autora*). Em 1986, a historiadora feminista Joan Scott se torna uma das principais referências dessa discussão, até os dias de hoje, com a publicação do artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (Scott, 2019). No texto, a autora recorre à historicidade da elaboração de teóricas feministas sobre o tema, “porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história” (Scott, 2019, p. 49).

Ela explica que, em um primeiro momento, a utilização do termo “gênero” foi feita em substituição do termo “mulher” para indicar que falar das mulheres a partir do gênero é também falar dos homens. “Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as

relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas” (Scott, 2019, p. 54) para características que o senso comum descreve como relacionadas aos homens e às mulheres.

Sob influência foucaultiana, a definição de gênero da autora tem relação direta com o poder e indica que discutir diferentes temáticas sociais colocando o gênero como categoria de análise central, com classe e raça, é escrever, na verdade, uma nova história – já que a produção teórica em geral não leva em consideração as relações de poder e opressão que mulheres e demais segmentos oprimidos são relegados. Para Scott (2019, p. 67), “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Foi também a partir dos anos 80 que as denominações “gênero” e “estudos de gênero” ganharam força no âmbito acadêmico, social e político, substituindo ou diversificando os anteriores “estudos das mulheres”. Biroli e Miguel (2019, p. 8) destacam a importância das elaborações de estudiosas feministas sobre os estudos tendo o gênero como a categoria basilar, mas sendo sempre utilizada em conjunto com classe e raça.

Vale observar que o feminismo não se debruça sobre uma questão “localizada”. As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdade que tende a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e homens – ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade.

Para Saffioti (2015), teórica brasileira que é uma das expoentes do feminismo marxista, gênero, além de não ser uma categoria fechada, estando em constante formulação por diferentes estudiosas feministas, é uma categoria histórica, de análise e que também deve ser utilizada em conjunto com as clivagens de raça e classe. De acordo com a autora, “cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, **havendo um campo, ainda que limitado, de consenso**: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2015, p. 47, *grifo nosso*).

Em outras palavras, podemos dizer que as formulações anteriormente apresentadas aqui mostram que o gênero funciona como as lentes que a sociedade nos coloca para enxergar e entender o mundo, desde que nascemos. Embora “nossos olhos” – o sexo biológico – sejam os mesmos, “a cor e o formato dessas lentes” – as “normas sociais de gênero” – filtram e definem como enxergamos o mundo e como o mundo nos enxerga. Outra questão a se destacar é que, para diferentes estudos aqui apresentados, é imprescindível ser utilizada a categoria gênero para compreensão da realidade sempre em conjunto com raça e classe. O principal responsável por mostrar a importância da utilização destes marcadores sociais em conjunto é o feminismo negro, que analisa as diferentes clivagens relacionadas a estas e outras categorias, a partir da categoria/ferramenta analítica interseccionalidade.

Historicamente, o feminismo negro sempre tensionou de maneira muito pertinente que a categoria mulher não dá conta de abarcar as experiências e opressões vividas por todas as mulheres, de diferentes etnias e classes sociais. E, com a interseccionalidade, o feminismo negro deu um importante passo na análise da realidade, levando em consideração a

singularidade de cada situação de opressão sofrida por diferentes pessoas. Para Collins e Bilge (2021, p. 15-16),

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Vale lembrar que, apesar de aqui estar sendo dada ênfase na retirada dos termos gênero e orientação sexual do PNE e de boa parte dos demais planos decenais, o texto final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014 faz diversas menções ao combate às desigualdades de gênero em conjunto com outros marcadores sociais – o que pode ser observado em algumas das menções que estão a seguir. O referido documento serviu de base para que o Governo Federal construísse e apresentasse no Congresso Nacional o projeto de lei para o PNE.

Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade (Fórum Nacional de Educação, 2014, p. 19).

Ao desconhecer a riqueza e a complexidade da diversidade, pode-se incorrer no erro de reforçar o papel estruturante do racismo e, desse modo, tratar as diferenças de forma discriminatória, aumentando ainda mais a desigualdade que se propaga pela conjugação de relações assimétricas de classe, étnico-raciais, gênero, diversidade religiosa, idade, orientação sexual, cidade/campo e pela condição física, sensorial ou intelectual.

As questões da diversidade, do trato ético e democrático das diferenças, da superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes se articulam com a construção da justiça social, a inclusão e os direitos humanos.

Assim, as políticas educacionais voltadas ao direito e ao reconhecimento da diversidade estão interligadas à garantia dos direitos sociais e humanos e à construção de uma educação inclusiva (Fórum Nacional de Educação, 2014, p. 30).

Retomando a discussão sobre gênero, mais precisamente o consenso apontado por Saffioti (2015) – o qual aponta que gênero é a construção social relacionada ao feminino e masculino – essa é, justamente, uma das questões mais atacadas na ofensiva antigênero, em especial por religiosas/os. Quando estudiosas de gênero mostram que o masculino e o feminino são uma construção social, elas vão de encontro ao que as religiões cristãs pregam, quando dizem que a forma como os homens e as mulheres se comportam na sociedade é algo natural, biológico, “instituído por Deus”.

Mas, como há um ditado popular que diz que “toda regra tem sua exceção”, podemos dizer que as formulações de Butler (2024a) no livro *Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade* fazem parte da exceção ao consenso citado. A autora questiona a perspectiva de que o gênero é resultado da construção social e problematiza o sexo como algo fixo, definido pelo biológico, e sendo caracterizado de maneira binária – masculino/feminino.

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo estes corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna destino (Butler, 2024a, p. 28-29).

De acordo com Butler (2024a), para além de ser uma construção social, ou algo binário, gênero é performatividade, é como a pessoa se expressa em suas experiências, não sendo algo fixo, mas processual, podendo ser performado de maneiras diversas no decorrer da sua vida.

Conseqüentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituído da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito [...]. Não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performatividade* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seu resultado (Butler, 2024a, p. 53, *grifos da autora*).

Até o lançamento da 1ª edição desta obra, no início da década de 1990, a autora era desconhecida do público em geral. Em *Problemas de Gênero*, “o foco de Butler está nos conflitos no próprio campo feminista, uma vez que também nele a abordagem de gênero foi controversa e despertou debates”, explicam Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 17). Porém, por conta da grande repercussão que as discussões trazidas nesta obra tiveram, mesmo com suas formulações não estando em total acordo com “o consenso sobre o gênero” como construção social, a autora passou a ser considerada como uma ameaça aos preceitos religiosos cristãos.

Para autoras/es como Butler (2024b), Biroli, Machado e Vaggione (2020) e Junqueira (2022), a década de 90 é um marco temporal importante na ofensiva antigênero. Foi após a agenda de igualdade de gênero e da diversidade sexual ser incluída às diretrizes da ONU através da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento das Nações Unidas, ocorrida no Cairo, em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre Mulher, também promovida pela ONU, em Pequim, no ano de 1995, que a Igreja Católica identificou uma ameaça a seus preceitos e passou a organizar uma reação. Nessas conferências, com ação destacada de feministas, tiveram longas discussões, dentre outras coisas, sobre o controle populacional e da sexualidade. A partir daí, a Igreja mobilizou seus “pensadores” para organizarem uma ofensiva antigênero, na qual foi formulada a concepção de “ideologia de gênero” que deveria ser combatida.

A noção de “ideologia de gênero”, que tem origem nos anos 1990, seria, nesse processo, transformada em uma estratégia política que facilitou a atuação conjunta de diferentes atores conservadores e forneceu novos recursos para a mobilização popular (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 14).

Ideologia de gênero não é uma categoria analítica ou um conceito, criado, utilizado ou reivindicado por estudiosos/as de gênero. Nesse sentido, por mais que pessoas que dizem “combater a ideologia de gênero” tentem transparecer o contrário, ideologia de gênero não é o mesmo que “estudos de gênero”, “teorias de gênero”, “identidade de gênero”, “conceitos de gênero”, “gênero” etc. As/os criadoras/es do termo “ideologia de gênero” apontam que este faz parte de uma agenda internacional da esquerda, de cunho marxista, criada por feministas radicais, que atua em diferentes frentes que vão desde a cultura, educação, políticas públicas, dentre outras, para destruir a sociedade atual e implementar uma forma societária que quer acabar com a família, subverter a “ordem e organização natural” entre os sexos biológicos masculino e feminino, controlar a natalidade e banalizar a liberdade sexual. Assim, surge a acusação da “prática da ideologia de gênero” sempre que os que se dizem detratores da ideologia de gênero veem o termo gênero, orientação sexual, sexualidade em discussões em espaços educativos ou em políticas públicas, sempre que mulheres e a população LGBTQIAP+ lutam pela garantia de direitos, dentre outras questões congêneres.

Uma das principais estratégias da ofensiva antigênero no Brasil é a utilização do termo “ideologia de gênero” para mobilizar o medo das pessoas a respeito do gênero e da diversidade sexual. Em outros países, mesmo tendo conotação similar, os termos utilizados na ofensiva são outros, a exemplo de Itália e França, onde é utilizado o termo “*théorie du gender*” ou “*teoria del gender*”.

Junqueira (2022) aponta que esta ofensiva antigênero também é capitalizada por grupos reacionários em países de diferentes continentes. Por exemplo, Pacheco (2021) destaca a ofensiva reacionária que mobiliza essa pauta para atacar políticas de direitos e equidades de gênero mencionadas em livros escolares na América Latina. Na Espanha, Afonso (2022) identificou que integrantes do Partido Vox fomentaram o “combate à ideologia de gênero” para tentar influenciar na formulação da Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação, de 2020.

Assim, abordaremos a seguir a influência desta pauta nos atuais planos educacionais brasileiros, assim como a possibilidade de que ela possa influenciar na formulação dos planos educacionais que estão em vias de serem renovados.

A ofensiva contra os planos e o pânico moral como arma política

O Escola sem Partido é um dos movimentos da extrema-direita brasileira que inseriu suas pautas no debate público, principalmente na educação, ajudando a criar a atmosfera de características fascistas que, a partir de 2013, contribuiu para a desestabilização e queda do governo de Dilma Rousseff em 2016. De acordo com Miguel (2016), o ESP ganhou maior projeção quando incorporou a pauta de “combate a ideologia de gênero”.

Salta aos olhos como a “dobradinha” “Escola sem Partido/Combate a ideologia de gênero” se tornou uma parceria que “beneficiou” ambas as partes. Após a incorporação desta

pauta, o ESP conseguiu se projetar nacionalmente no debate educacional, pautando, inclusive, a aprovação do PNE aprovado em 2014, retirando as menções de combate às desigualdades educacionais relacionadas a gênero e orientação sexual. A partir daí,

O sintagma “ideologia de gênero” eclodiu de modo ostensivo, no curso das mobilizações de fundamentalistas e ultraconservadores pela exclusão das menções a gênero e orientação sexual dos planos nacional, estaduais e municipais de educação (Junqueira, 2022, p. 164).

Na lei do PNE aprovado, os planos dos estados e municípios deveriam estar alinhados ao mesmo, tendo que ser aprovados até um ano após o Plano Nacional (Brasil, 2014). Além do Congresso Nacional, os embates e a ofensiva reacionária aconteceram em todo o país, pois os estados e municípios tiveram relativa autonomia para formular seus planos e atender suas demandas educacionais locais. Dessa forma, infelizmente, a influência do “combate a ideologia de gênero” também ecoou em diversos planos educacionais dos entes federados (Miranda, 2022).

Vale salientar que o PNE, assim como os Planos dos demais entes federados, é uma política decenal. Ou seja, estão em vias de serem discutidos e votados novamente, pois estão no final de sua validade. A votação do Plano Nacional de Educação, que deveria ser reformulado em 2024, foi adiada para 2025. Assim, a atualização dos demais planos educacionais brasileiros – que, por força de lei, devem estar alinhados à política nacional – também deverá ser reformulada na sequência. E, como exposto anteriormente, grupos reacionários devem se mobilizar para pautar suas bandeiras na atualização destas políticas públicas educacionais que são basilares, tanto para melhorar a educação, como para construir sociedades justas, inclusivas e democráticas.

De acordo com Miranda (2022), na maioria dos casos em que foram retirados dos planos os termos “gênero” e “orientação sexual”, “diversidade sexual”, “sexualidade”, dentre outros termos afins, nem as pessoas que diziam combater a ideologia de gênero que estaria presente nessas palavras sabem explicar o que ela seria de fato. “O ‘movimento contra a ideologia de gênero’, no entanto, trata o gênero como um monólito assustador em seu poder de alcance. O mínimo que se pode dizer é que os debates lexicais sobre o gênero não são realmente acompanhados por quem se opõe ao termo” (Butler, 2024b, p. 9, *grifos da autora*).

No entanto, mesmo com esse desconhecimento explícito sobre o que supostamente está se tentando combater, o medo das pessoas diante do que poderia acontecer caso a ideologia de gênero seja implementada gera em boa parte da sociedade o que chamamos de pânico moral.

Consideremos a alegação de que o “gênero” – seja ele qual for – coloca em risco a vida das crianças. Essa acusação é poderosa. Para algumas pessoas, assim que essa acusação é feita, ela se realiza, e as crianças não estão ameaçadas de um mal, e sim ativamente atingidas pelo mal. Quando se chega a essa conclusão repentina, há apenas uma opção: impedir o mal! Acabar com o gênero! O medo de que as crianças sejam prejudicadas, o medo de que a instituição familiar ou a própria família da pessoa, seja destruída, de que o “homem” seja derrubado, incluindo os homens e o homem que alguns de nós somos, de que um novo totalitarismo esteja se

impondo a nós, são todos medos sentidos profundamente pelas pessoas que se comprometem com a erradicação do gênero – da palavra, do conceito, do campo acadêmico e dos vários movimentos sociais que ele passou a representar (Butler, 2024b, p. 17, *grifos da autora*).

“O conceito de ‘pânico moral’ teve um enorme impacto, não só na sociologia” (Garland, 2019, p. 37), mas também em outras áreas, como a Educação. Pesquisas como a de Junqueira (2022) e Biroli, Machado e Vaggione (2020), Miranda (2022) e Borges e Borges (2018) apontam que o neoconservadorismo se utiliza da pauta do combate a ideologia de gênero para criar pânico moral, disseminar medo, mobilizar religiosos/as, meios de comunicação, políticos/as e boa parte da sociedade contra políticas e grupos favoráveis à diversidade de gênero e orientação sexual, hostilizando e demonizando-os. Por conta do pânico moral criado, “o desinteresse de parcela da população pelas mais diversas questões educacionais que o Plano tratava e o foco exclusivo na questão do combate a suposta ideologia de gênero” foi relatado por uma das pessoas entrevistadas por Miranda (2022, p. 146) com relação à atualização de um Plano Municipal de Educação (PME) de um município baiano que aconteceu em 2015.

A situação alarmante criada pelo pânico moral pode fazer com que a discussão de uma política pública gire exclusivamente em torno do combate a ideologia de gênero, promovendo o retrocesso em direitos e comprometendo o debate das demais questões da legislação. Certamente, uma das obras referência sobre o pânico moral é *Folk Devils and Moral Panics*², de Stanley Cohen (2002). No livro, o autor faz uma análise sociológica dos conflitos envolvendo dois grupos emergentes de jovens ingleses que estavam ganhando notoriedade na década de 1960, a saber, os “Mods” (modernos) e os “Rockers” (roqueiros). De acordo com o autor, o pânico moral é

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas que emerge para se tornar definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são guarnecidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas que pensam corretamente; especialistas socialmente credenciados pronunciam seus diagnósticos e soluções; formas de enfrentamento são desenvolvidas ou (mais frequentemente) recorridas; a condição então desaparece, submerge ou se deteriora e se torna mais visível. Às vezes, o objeto do pânico é bastante novo e, em outras vezes, é algo que já existe há muito tempo, mas de repente aparece no centro das atenções. Às vezes, o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; em outras vezes, tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças como aquelas na política legal e social ou mesmo na maneira como a sociedade se concebe³ (Cohen, 2002, p. 1).

O trecho citado é uma relevante sistematização introdutória de Cohen (2002) com relação ao pânico moral. Recorrendo a leitura do texto e as reflexões de Machado (2004) e

² Tradução livre: Demônios Folclóricos e Pânico Moral.

³ Tradução livre da obra escrita em inglês.

Garland (2019) sobre o referido livro, traçaremos a seguir uma síntese para entender o que é o pânico moral e conhecer suas características que têm aparecido nas disputas travadas pelo neoconservadorismo contra os movimentos progressistas, feministas e LGBTQIAPN+.

O pânico moral é uma reação/resposta social diante de questões, tidas como “desviantes”, que aparecem como um sintoma de crise social e são gerados por grupos excluídos, marginalizados, e/ou vulneráveis socialmente que estão ganhando notoriedade ou emergência – a exemplo do movimento feminista e da população LGBTQIAPN+. Essas ações ditas desviantes são consideradas como uma ameaça à ordem moral estabelecida, gerando medo na população, como aconteceu na atualização do PME de Itapetinga/BA e em outros municípios e estados (Miranda, 2022), e uma dramatização do problema (organizada como uma espécie de confronto simbólico entre o bem e mal), demonizando os “grupos desviantes”, criando e reforçando estereótipos contra estes – como foi feito por vereadores, deputados e religiosos país afora.

Os meios de comunicação – também religiosos e políticos – são essenciais na produção e disseminação de um discurso moral exagerado e falseado contra os grupos desviantes; no reforço do estereótipo sobre estes grupos, apontando-os como anormais e atípicos com base na moral estabelecida; no estabelecimento de conexões com outros problemas (como, por exemplo, a “crise da família”); e na propagação da crença de que o problema desviante que gerou o pânico moral pode ser resolvido com uma reorganização da estrutura normativa. Longe de contribuir para melhorar o debate sobre o tema, a reação da sociedade (que se torna o pânico moral) contribui para o agravamento do problema/conflito tido como desviante; para a polarização da sociedade em segmentos defensores e contra o problema em questão; para a demonização e reforço de estereótipos a grupos tidos como desviantes; e para a geração de sanções e perseguições aos grupos que geram os problemas desviantes – como a retirada dos termos do PNE, do PME de Itapetinga.

Diante do exposto, é possível identificar na leitura apresentada sobre o pânico moral a forma com que o neoconservadorismo o utiliza para mobilizar segmentos importantes da sociedade nas disputas que trava na Educação e em outras áreas.

Considerações finais

Como vimos, os estudos de gênero empreendidos por teóricas feministas são fruto do questionamento dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres na sociedade, papéis estes que colocam o homem em situação de privilégio e dominação em relação às mulheres. Trazer estas importantes contribuições para compreender a realidade através da educação, sempre levando em consideração a combinação com outros marcadores sociais como classe e raça, desnaturalizando as desigualdades, se tornou uma ameaça para o segmento neoconservador.

Por conta disso, a ofensiva antigênero abriu um flanco de batalha na Educação em diferentes países, com destaque no caso brasileiro para o sucesso na retirada dos termos gênero e orientação do Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 e nos Planos de estados e municípios em 2015 e 2016. Esta empreitada teve a importante participação do movimento reacionário Escola sem Partido, que catalisou contra os planos a pauta do “combate a ideologia de gênero” – pauta esta criada pela Igreja Católica na década de 90. Assim, aventava-se que os Planos supostamente poderiam conter essa “ideologia antifamília”

– que, segundo elas/es, queria sexualizar as crianças e desnaturalizar as concepções de homem e mulher criadas por Deus e que estariam presentes nas pessoas desde o nascimento. Dessa forma, a extrema-direita mobilizava o medo das pessoas e acionava a sua arma política, gerando um pânico moral que inviabilizava tanto a discussão da importância de se terem políticas de combate as desigualdades relacionadas a gênero e orientação sexual, quanto o debate do inteiro teor dos Planos em si.

Em relação ao pânico moral, podemos identificar as características e formas de atuação observáveis na maneira com que o neoconservadorismo opera nessa questão. As feministas e o movimento LGBTQIAPN+ são grupos que, apesar de terem ganhado notoriedade nos últimos anos, são marginalizados social e politicamente, tendo seu modo de ser e suas defesas tidas como desviantes, representando uma ameaça, incompatível com a “família tradicional” e com a moral vigente.

Nos episódios de pânico moral que envolvem esse segmento, o problema é tratado de forma exagerada, maniqueísta, descolada da realidade, reforçando estereótipos negativos sobre estes grupos e demonizando-os. O reforço do preconceito, perseguição e sanções, como a retirada de direitos, são algumas das questões desencadeadas pelo pânico moral. Tudo isso com o engajamento de meios de comunicação, políticos e religiosos que se dizem representantes da moral vigente que estaria sob ameaça.

Dessa forma, o pânico moral tem sido utilizado como arma política eficiente, pois tem gerado retrocesso em direitos e pode inviabilizar a discussão e possível melhora das demais questões das políticas públicas educacionais disputadas, centrando basicamente o debate em “se terá, ou não, ideologia de gênero”. Assim, advogamos que pesquisas com essa temática devem ser ampliadas, largamente difundidas e estudadas, tendo em vista que os Planos vão ser novamente discutidos e aprovados em breve e o neoconservadorismo e pânico moral põem em xeque a construção de uma Educação e de uma sociedade plural, diversa e justa.

A história nos mostra que a extrema-direita não descansa. Posicionamentos antidemocráticos, autoritários e segregacionistas que foram vistos com o fascismo na primeira metade do século XX agora, no início do século XXI, ressurgem com pujança e projeção mundial. E, a educação, por seu papel formador e transformador nas sociedades, é um dos campos de disputa prioritários para estes grupos.

Diante dessa amarga realidade, é necessário que estudiosas/os e movimentos sociais ao redor do mundo também não descensem, produzam conhecimentos, instrumentos de luta e de intervenção para se contrapor a esta ofensiva reacionária que quer um mundo sem inclusão, sem igualdade, sem democracia, sem justiça social e sem respeito às diferenças.

Referências

AFONSO, S. C. **Efeitos da nova direita na política educacional**: Embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020). Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, p. 222. 2022.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos.; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, 26 jun. 2014.

Disponível em:

<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** – feminismo e subversão da identidade. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024a.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo, 2024b.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers**. 3 ed. London: Routledge, 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ESPINOSA, B. R. S; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. *In*: FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Escola “sem” Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 49-62.

FIGUEIREDO, Priscila Silva de. **Mulheres e as plantas medicinais: memória e etnobotânica na comunidade** —Quilombo de Thiagos, Ribeirão do Largo - Bahia. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Vitória da Conquista-Bahia, p. 303. 2024.

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Documento Final**. 2014. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2025.

GARLAND, David. Sobre o conceito de pânico moral. **Delictae**, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, 2019.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, M.A.S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”** – um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações**, Coimbra, v. 7, p. 60-80, 2004.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MIRANDA, Hilheno Oliveira. **O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Vitória da Conquista-Bahia, p. 186. 2022.

PACHECO, J. A. L. La (re)irrupción del discurso de la “ideología de género” en América Latina. Protestas, atención del público y respuestas gubernamentales. **Estudios Políticos** (60), Medellín, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16468101007>. Acesso em: 07 jan. 2024.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**: ensaios insólitos. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular & Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.